

**CÓDIGO DE CONDUTA DA
FUNDAÇÃO OTÍLIA PESSOA MURTA LOURENÇO E
MARIDO DR. JOSÉ LOURENÇO JÚNIOR**

**Capítulo I
Âmbito de Aplicação**

**Artigo 1º
Âmbito**

- 1 - O presente Código de Conduta estabelece o conjunto de princípios e valores em matéria de ética profissional a observar por todos os colaboradores da FUNDAÇÃO OTÍLIA PESSOA MURTA LOURENÇO E MARIDO DR. JOSÉ LOURENÇO JÚNIOR.
- 2 - O presente Código de Conduta aplica-se a todos os colaboradores da FUNDAÇÃO, independentemente do vínculo contratual, cargo ou posição hierárquica. Aplica-se, ainda, com as necessárias adaptações, aos colaboradores eventuais, voluntários, auditores externos e a outras pessoas que lhes prestem serviço a título permanente ou ocasional. Entende-se por colaborador toda e qualquer pessoa que trabalhe ou atue em nome da Fundação Dr. José Lourenço Júnior.
- 3 - A aplicação do presente Código de Conduta e a sua observância não impede, nem dispensa a aplicação de outras regras de conduta ou deontológicas, de fonte legal ou de qualquer outra natureza, aplicáveis a determinadas funções, atividades, ou grupos profissionais.

**Artigo 2º
Princípios gerais**

- 1 - No exercício das suas atividades, funções e competências, os colaboradores da FUNDAÇÃO devem atuar no respeito pelos princípios da legalidade, boa-fé, responsabilidade, transparência, lealdade, integridade, profissionalismo e confidencialidade, tendo em consideração a missão e as normas de atuação em vigor na FUNDAÇÃO.
- 2 - Os colaboradores devem ainda comportar-se de forma a promover, manter e a reforçar a confiança dos clientes e outros agentes que se relacionam direta ou indiretamente com a FUNDAÇÃO, contribuindo para o seu eficaz funcionamento e para a afirmação de uma posição institucional de rigor e de qualidade.
- 3 - Os princípios referidos no número anterior devem ser especialmente observados no relacionamento com entidades de regulação e supervisão, com clientes, fornecedores, prestadores de serviços, entidades públicas e privadas, público em geral e nas relações internas entre os colaboradores da FUNDAÇÃO.

W JN

Artigo 3º

Igualdade de tratamento e não discriminação

Os colaboradores da FUNDAÇÃO não devem adotar comportamentos discriminatórios, em especial, com base na raça, etnia, sexo, idade, incapacidade física, orientação sexual, opiniões políticas ou convicções religiosas.

Artigo 4º

Diligência, eficiência e responsabilidade

Os colaboradores da FUNDAÇÃO devem cumprir sempre com zelo, eficiência e responsabilidade os encargos e deveres que lhes sejam cometidos no exercício das suas funções.

Capítulo II

Relacionamento com o exterior

Artigo 5º

Informação e confidencialidade

1 - Os colaboradores da FUNDAÇÃO devem guardar absoluto sigilo e reserva em relação ao exterior, de toda a informação de que tenham conhecimento no exercício das suas funções que, pela sua natureza, possa afetar a imagem, o interesse ou a atividade da FUNDAÇÃO, em especial quando aquela seja de carácter confidencial.

2 - Incluem-se no número anterior, nomeadamente, dados informáticos pessoais ou outros considerados reservados, informação sobre competências técnicas, métodos de trabalho e de gestão de projetos desenvolvidos pela FUNDAÇÃO, bem como a informação relativa a qualquer projeto realizado ou em desenvolvimento, cujo conhecimento esteja limitado aos colaboradores da FUNDAÇÃO no exercício das suas funções ou em virtude das mesmas.

3 - Salvo quando se encontrem mandatados para o efeito, os colaboradores da FUNDAÇÃO devem abster-se de emitir declarações públicas, por sua iniciativa ou mediante solicitação de terceiros, nomeadamente quando possam pôr em causa a imagem da FUNDAÇÃO, em especial fazendo uso dos meios de comunicação social.

4 - Os colaboradores da Fundação estão proibidos de proceder à recolha e divulgação de imagens e de gravações relativas aos utentes do Lar Otilia Lourenço, salvo se devidamente autorizados pela Administração.

Artigo 6º

Relações profissionais

Os colaboradores da FUNDAÇÃO não poderão exercer atividade profissional em entidade externa à FUNDAÇÃO, sempre que o seu exercício interfira com o cumprimento dos seus deveres na qualidade de colaborador da FUNDAÇÃO.

Artigo 7º

Dever de lealdade, independência e responsabilidade

1 - Os colaboradores da FUNDAÇÃO devem assumir um compromisso de lealdade para com a mesma, empenhando-se em salvaguardar a sua credibilidade, prestígio e imagem em todas as situações, agindo com isenção, empenho e objetividade na análise das decisões tomadas em nome da FUNDAÇÃO.

2 - No exercício das suas funções e competências, os colaboradores da FUNDAÇÃO devem ter sempre presente os interesses da mesma, atuando com imparcialidade e ética profissional, abstendo-se de comportamentos tendentes ao favorecimento de terceiros em virtude de interesses próprios ou dos referidos terceiros e pautando as suas decisões pelos mais elevados padrões de seriedade, integridade e transparência.

Artigo 8º

Cumprimento da legislação

A FUNDAÇÃO e os seus colaboradores devem respeitar e zelar pelo cumprimento escrupuloso das normas legais e regulamentares aplicáveis às suas atividades.

Artigo 9º

Relações com terceiros

1 - Os colaboradores da FUNDAÇÃO não devem aceitar ou efetuar pagamentos ou atuar de modo a favorecerem os seus interesses ou os de terceiros junto de clientes ou fornecedores, sendo proibida toda a prática de corrupção, sob qualquer das suas formas.

2 - Os colaboradores da FUNDAÇÃO devem recusar obter ou disponibilizar informações através de meios ilegais.


3 - As ofertas a terceiros não deverão ser feitas a título pessoal, devendo os colaboradores cumprir o procedimento estabelecido pela FUNDAÇÃO para o efeito.

4 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, os colaboradores da FUNDAÇÃO devem recusar todas as ofertas de terceiros sempre que as mesmas tenham um valor económico que exceda os limites considerados razoáveis pelos usos sociais.

Artigo 10º

Relacionamento com entidades de regulação e supervisão

A FUNDAÇÃO, através dos colaboradores designados, prestará às autoridades de regulação e supervisão toda a colaboração solicitada ou que se afigure útil ou necessária, não adotando qualquer comportamento que possa impedir o exercício das competências daquelas entidades.



Artigo 11º

Relacionamento com fornecedores

- 1 - Os colaboradores da FUNDAÇÃO devem atuar de forma a permitir que sejam honrados os compromissos com fornecedores de produtos ou serviços e a exigir da parte destes o integral cumprimento das suas obrigações, bem como a observância das boas práticas e regras subjacentes à atividade em causa, tendo em conta o normal funcionamento do mercado.
- 2 - A escolha dos fornecedores deve ser efetuada com base em critérios imparciais e transparentes, e evitando, sempre que possível, situações de exclusividade.
- 3 - Os colaboradores da FUNDAÇÃO devem sensibilizar os fornecedores e prestadores de serviços para o cumprimento de princípios éticos em linha com os constantes do presente Código de Conduta.

Artigo 12º

Relacionamento com Clientes

- 1 - A FUNDAÇÃO deverá assegurar a igualdade de tratamento e a não discriminação dos seus Clientes.
- 2 - A FUNDAÇÃO deverá manter níveis elevados de competência técnica, prestando um serviço de qualidade e atuando com eficiência, diligência e neutralidade.
- 3 - No relacionamento com os Clientes, os colaboradores da FUNDAÇÃO deverão manter adequados padrões de correção, urbanidade e afabilidade. Em especial no contexto da atividade do Lar Otilia Lourenço, deverão ainda ser salvaguardados os seguintes princípios:
- 4 - Preservação da dignidade e do respeito pela pessoa humana.
- 5 - Respeito pela individualidade e autonomia de cada Cliente.

Artigo 13º

Relacionamento com a Comunidade e o Meio Ambiente

A FUNDAÇÃO deve assumir uma atitude socialmente responsável na Comunidade e perante a opinião pública, e adotar uma política de sustentabilidade ambiental.

Capítulo III **Relações Internas**

Artigo 14º

Relação entre colaboradores e aperfeiçoamento profissional

- 1 - Os colaboradores da FUNDAÇÃO devem agir com motivação do aumento da produtividade, pela manutenção de um clima de confiança, no respeito pela estrutura hierárquica, colaborando proactivamente, partilhando o conhecimento e a informação e cultivando o espírito de equipa.

- 2 - Os colaboradores da FUNDAÇÃO que tenham entre si relações familiares ou equivalentes não devem exercer a sua atividade em relação hierárquica ou funcional direta.
- 3 - Os colaboradores da FUNDAÇÃO observarão princípios de respeito pela integridade e dignidade no relacionamento entre si, devendo a FUNDAÇÃO promover a correção e a urbanidade nas relações entre os seus colaboradores.
- 4 - Os colaboradores da FUNDAÇÃO devem aperfeiçoar e atualizar os seus conhecimentos, tendo em vista a manutenção e melhoria das suas capacidades profissionais.
- 5 - Se ocorrer um erro que prejudique os direitos de terceiros, os colaboradores devem comunicar imediatamente esse facto aos seus superiores hierárquicos e procurar corrigir, de forma expedita, as consequências negativas causadas.

Artigo 15º

Segurança no trabalho

O cumprimento das regras de segurança é uma obrigação de todos, sendo dever dos colaboradores da FUNDAÇÃO, informar atempadamente os seus superiores hierárquicos da ocorrência de qualquer situação irregular, suscetível de poder comprometer a segurança das pessoas, instalações ou equipamentos.

Artigo 16º

Utilização de recursos

- 1 - Os recursos da FUNDAÇÃO devem ser usados de forma adequada, com vista à prossecução dos objetivos definidos e não para fins pessoais ou outros, devendo os colaboradores zelar pela proteção e bom estado de conservação do património.
- 2 - Os colaboradores devem, no exercício da sua atividade, adotar todas as medidas adequadas e justificadas no sentido de minimizar os custos da FUNDAÇÃO, com a finalidade de permitir uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

Capítulo IV

Aplicação

Artigo 17º

Compromisso de cumprimento

Todos os colaboradores da FUNDAÇÃO ficam sujeitos ao presente Código de Conduta desde o início do desempenho de funções na FUNDAÇÃO, subentendendo-se assim a sua adesão completa aos valores e princípios aqui consignados.

Artigo 18º

Comunicação de irregularidades

A comunicação de eventuais irregularidades ou infrações a este Código de Conduta deve ser dirigida por escrito, ao órgão diretivo da FUNDAÇÃO por qualquer colaborador, cliente, fornecedor ou qualquer outra entidade diretamente interessada.

Artigo 19º

Entendimento e Aplicação

- 1 - Em caso de dúvida na interpretação do presente Código de Conduta, os colaboradores da FUNDAÇÃO devem consultar o respetivo superior hierárquico.
- 2 - A violação do presente Código de Conduta por qualquer colaborador pode resultar na abertura de um procedimento disciplinar para os efeitos considerados adequados.
- 3 - O Código de Conduta é distribuído por todos os colaboradores da FUNDAÇÃO.

Aprovado em reunião do
Conselho de Administração
de 2 de Fevereiro de 2021

O Conselho de Administração



Isabel Margarida Braga Vaz Serra e Sousa Batalha



Esmeraldo dos Reis Cruz e Cunha



Alexandre Manuel Pacheco Marques Cruz e Cunha